

1

Introdução

Tendo trabalhado por vários anos como professora de inglês para alunos brasileiros de diferentes faixas etárias, tanto em escolas quanto em cursos de língua, em vários momentos necessitei elaborar meu próprio material didático. Esse fato ocorria basicamente por duas razões: para complementar o material que estava sendo adotado ou para suprir a ausência de um livro didático.

Sempre apreciei a atividade de elaborar o “meu” próprio material e cogitava como deveria ser gratificante viver a partir de uma profissão que possibilitasse o desenvolvimento desse trabalho rotineiramente. Durante três anos e meio tive a oportunidade de trabalhar como *ELT promoter* de uma editora inglesa no Brasil. Entre as várias atividades que eu desenvolvia, uma delas era a de recepcionar autores estrangeiros em suas visitas. Esses autores vinham com a finalidade de fazer pesquisas de opinião junto aos professores e coordenadores de inglês nas escolas e também de apresentar palestras e promover treinamento de professores. A partir desses encontros eu pude conhecer um pouco mais o trabalho do autor de livro didático e constatei a relevância para os meios pedagógico, acadêmico e editorial de se saber a respeito do processo de criação desses livros assim como do papel, da identidade, das motivações e das crenças dos seus autores. Passei então a refletir sobre a importância de alunos, professores e educadores em geral levarem em conta o processo de autoria na construção do conhecimento. Sendo assim eu me proponho levantar noções, princípios, disposições e eventos que possam mapear a formação de uma possível identidade autoral.

Ao seguir esse caminho pude verificar que em nosso universo acadêmico têm-se pesquisado bastante a respeito do livro didático, embora essa pesquisa ocorra em relação ao livro como um produto já finalizado após a sua publicação. Da mesma forma, constatei que praticamente inexistem trabalhos que tratem de questões relacionadas à individualidade do autor e do processo de criação do livro didático como uma obra, uma produção intelectual e até mesmo artística estudada do ponto de vista do “escritor” e não do “leitor”. Encontrei ainda menos referências à condição de ser autor de livros didáticos para o ensino de língua estrangeira especificamente. Em consequência de tal caminho ainda não ter sido trilhado de forma sistemática e empírica, o presente trabalho

constitui, portanto, um mapeamento dos principais temas relacionados ao exercício da profissão de autor de livros didático para o ensino de língua inglesa no Brasil.

Consequentemente tendo como objetivo de estudo identificar e conhecer os modos de criação do autor de livro didático (LD) para o ensino da língua inglesa (LI) - que é a língua estrangeira (LE) a qual eu venho lecionando - as questões relacionadas aos conceitos de autoria, direitos autorais, intertextualidade, propriedade intelectual e produção editorial vieram a ser consideradas dentro desse universo de pesquisa.

Na busca por fundamentação teórica que pudesse embasar minhas investigações encontrei certos estudiosos que tratam da identidade e do papel do autor de material impresso em geral, que não especificamente o livro didático.

Uma das minhas principais fontes de referência diz respeito ao crítico literário Roland Barthes (1977) que trata da “remoção” do autor, sendo essa retirada um elemento de transformação do texto moderno. Em seus ensaios Barthes analisa a tendência do leitor em considerar aspectos da identidade do autor como elementos importantes para a análise de sua obra. Barthes (1977) relata que quando se acredita na existência de um autor, o mesmo é sempre concebido como parte do seu próprio livro. Para ele é como se autor e livro se colocassem automaticamente numa mesma linha temporal dividida por um antes e um depois. Dessa forma, o autor é considerado como aquele que alimenta o livro, e, por conseguinte o precede: pensa, sofre e vive para ele. Para Barthes (1977) é como a relação que existe entre um pai e um filho. Já o “autor moderno”, segundo ele, nasce simultaneamente com o texto e dessa forma, não existe um tempo que precede ou que excede o ato de escrever. O que existe é o próprio momento da enunciação e todo e qualquer texto é sempre escrito aqui e agora. Dessa forma, a escrita do autor moderno traduz um ato de inscrição muito mais do que de expressão, o qual se origina da própria língua e não de alguma outra fonte divina ou sobrenatural. Para Barthes (1977) conferir a um texto uma autoria significa impor um limite para aquele texto, equipá-lo com um significado final e encerrar a escrita. Barthes (1977) acredita que os leitores devam separar um trabalho literário do seu autor a fim de liberar essa obra de uma suposta tirania interpretativa.

Esse princípio parece respaldar a noção de que não há importância no momento que antecede o ato de escrever. Somado a isso, é como se não fosse relevante a voz e a identidade do sujeito que está por trás daquele texto. Fica subentendido que a escrita possui vida própria independente de quem a produziu. Se for assim, como será possível sobreviver materialmente a partir do que se escreve num mundo onde não se reconhece

mais o autor? Se uma obra não é mais uma mercadoria e, portanto, não é mais passível de ser comprada e vendida, quem escreveria, então: aqueles que não se sustentam financeiramente sozinhos? Que perfil teriam esses indivíduos abnegados que estariam dispostos a abrir mão de suas propriedades intelectuais numa economia voltada para a produção de mercadorias que se destinam à educação, à informação e ao entretenimento?

A partir dos conceitos estabelecidos por Barthes (1977) eu tento delimitar uma fronteira entre o sujeito que escreve e o autor: é possível essas duas “entidades” serem isoladas e independentes uma da outra? Reflito sobre se existem idéias puramente genuínas ou se todo texto é sempre a reprodução de textos anteriores. Pergunto-me ainda se a partir do momento em que uma escrita é criada ela passa a fazer parte do acervo do conhecimento humano, caindo assim em domínio público e ficando sujeita a influenciar e a ser influenciada por novas escritas. Somada a essas reflexões cabe a pergunta sobre se é possível que uma vez imersos nessa espiral acabemos por perder de vista de onde surgiu a idéia inicial para um texto e para onde essa idéia se encaminha. O ato de escrever se resume apenas a uma tarefa de reformular idéias pré-existentes? O que, afinal, caracteriza uma escrita “criativa”?

Uma outra fonte importante de referência que influencia minhas considerações é Foucault (1979). Em seu ensaio o filósofo se atém não somente em especificar o que é o autor *per se*. Seu objetivo é caracterizar o autor em termos de *como* ele existe a partir da sua relação com o texto. Como Barthes (1977), Foucault (1979) parece aceitar a morte do autor e o texto se caracteriza como um jogo de palavras. Foucault, ao considerar os atos de criação resultantes de processos históricos, reforça o conceito de que somos ao mesmo tempo sujeitos e pacientes de movimentos coletivos, maiores do que nós, indivíduos. O filósofo questiona ainda no que, afinal de contas, consiste o trabalho do autor. Foucault (1979) especula sobre o valor da produção do indivíduo antes de ser reconhecido como um autor: tudo o que ele escreveu e deixou para trás nos seus papéis e tudo o que foi coletado das suas observações poderia ser chamado de um “trabalho”? Foucault (1979) complementa essa questão mencionando o Marques de Sade (1740 - 1814) ao indagar sobre o status dos seus escritos antes desse autor ser reconhecido como tal. Eram simplesmente pedaços de papel nos quais ele incessantemente discorria sobre suas fantasias durante a sua prisão?

É possível considerar que a noção de autor é algo socialmente construído e que a cristalização da figura do autor é um princípio que vem sendo revisto ao mesmo tempo em que aflora a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação. Essas novas tecnologias facilitam a circulação de todo tipo de texto sem que se dê muita importância aos seus verdadeiros criadores. Esse novo contexto gera dúvidas e questionamentos em relação à importância de um texto estar vinculado a um autor e, consequentemente os direitos desse profissional como “proprietário” de sua criação vem sendo revisitado.

Essa questão permite uma comparação, guardadas as devidas proporções, ao período da Idade Média, em que predominava o discurso oral. Nessa época uma obra se encontrava em constante processo de criação ao ser recontada inúmeras vezes por narradores diferentes. Nesse sentido não havia a noção de autor como alguém responsável por uma obra fechada e acabada.

Atualmente em muitas das informações que se recebe hoje em dia não constam sua fonte autoral, ou mesmo quando essa referência é feita, geralmente não ocorre de forma idônea. Várias vezes ainda, um texto original pode ser reescrito ou adaptado por usuários da *Internet*, por exemplo, e chegar aos demais leitores ou descaracterizado, ou anônimo, ou com referência equivocada ao seu verdadeiro autor.

Esses fenômenos me remetem à busca do entendimento sobre o verdadeiro significado do ato de escrever. O que é consideravelmente relevante nesse estudo é o desenvolvimento do processo de criação levando-se em conta a existência de alguém que escreve; o fato de que sempre se escreve com uma alguma finalidade comunicativa, e aqui também com a finalidade didática, e de que o ato de escrever é realizável porque existe uma língua possível de ser codificada por meio da escrita. Após consultar publicações com temas relacionados à presente pesquisa notadamente pude constatar uma prioridade no enfoque teórico direcionado às crenças de professores e à “receptividade” dos alunos em relação aos materiais didáticos que utilizam. Sendo assim, por que não tratar das crenças do autor também? A proposta de base desse trabalho é gerar conhecimento a respeito dessa figura que embora não esteja presente fisicamente na sala de aula pode ser um participante essencial dos eventos de aula através do seu livro didático.

Quando se considera as noções de autor, autoria, criação e texto escrito, suas definições se tornam essenciais. Ao acreditar na morte do autor é preciso antes crer que o mesmo já existiu. Por outro lado, ao acreditar que o autor vive, a noção de propriedade intelectual e todos os campos relacionados a ela como plágio, autenticidade e direitos autorais vêm a tona. Nesse sentido, obtive conhecimentos relevantes com a leitura dos textos de Martha Woodmansee (1984), renomada professora de Inglês e especialista em leis sobre direitos autorais. Woodmansee (1984) explica a origem histórica do conceito de autoria como uma invenção relativamente recente na História. Além disso, Woodmansee (1984) esclarece sobre as circunstâncias que justificaram o surgimento do autor como um profissional e a necessidade dessa nova classe de trabalhadores salvaguardarem seus rendimentos e viabilizarem seu sustento econômico a partir da proteção legal das suas obras.

Conto com referências importantes sobre a história do ensino da língua inglesa como língua estrangeira em publicação de Howatt e Widdowson (2004). Em suas pesquisas esses autores discorrem sobre o ensino da língua inglesa como uma língua estrangeira desde a Renascença até os dias de hoje destacando o processo em que o inglês se torna uma língua globalizada com finalidades bastante diversificadas.

Complementando minhas referências bibliográficas, o trabalho de Ivanic (1998), sobre a construção da escrita acadêmica e da identidade através do discurso, serve como uma relevante fonte de reflexão.

A autora acredita que as escolhas discursivas dos autores são um componente importante na construção de suas identidades embora essas escolhas sejam restringidas por fatores sociais e ao mesmo tempo altamente influenciadas por convenções culturalmente e historicamente estabelecidas. Segundo a autora a idéia de seleção por parte do escritor e suas possibilidades de opção são socialmente construídas. Dessa forma, pode-se especular sobre a existência de uma identidade e um estilo que caracteriza aquele que escreve, mas que nunca ocorrem imunes às influências de outros escritores.

A identidade do autor seria construída a partir das suas escolhas entre vários discursos socialmente disponíveis com os quais ele se identifica em função de suas crenças e objetivos a serem atingidos. Contudo essas restrições não inviabilizam a possibilidade de os escritores, vez por outra, resistirem às convenções de uma

determinada comunidade discursiva e inovar, recriar a partir do que já está estabelecido como padrão.

Ao fazer escolhas discursivas específicas os escritores se coadunam com interesses especiais e ideologias. Os autores de livros didáticos particularmente se alinham com o papel social de educadores e disseminadores de saber e conhecimento.

Fundamentada nesse arcabouço teórico eu discuto as opções do autor entre se conformar ou resistir às restrições de um gênero através da inserção de discursos que não são próprios da comunidade discursiva a qual pertence. Essa questão é ampliada até a existência ou não da possibilidade de o autor transparecer suas crenças, mesmo tendo que muitas vezes se submeter às exigências do mercado quando essas requisições não condizem com suas próprias visões e ideologias.

A partir dos conceitos mencionados as seguintes questões se caracterizam como as perguntas de pesquisa desse trabalho: 1) Em que aspectos um autor de livro didático se diferencia dos autores de outros gêneros discursivos?; 2) Quando o livro didático se destina ao ensino de uma língua estrangeira que metodologias e aspectos pedagógicos estão envolvidos?; 3) Por ser essa língua estrangeira o inglês, especificamente, que particularidades surgem ao longo do processo de elaboração do livro? (Howatt & Widdonson, 2004); 4) O processo de criação desse tipo de material se caracteriza mais como um trabalho individual ou coletivo? (Bakhtin, 1986; Barthes, 1977; Foucault, 1979); 5) Como se manifesta a subjetividade, a identidade e o estilo desse autor através da sua obra? (Barthes, 1977; Bakhtin, 1993; Ivanic, 1998).

A fim de estabelecer uma hierarquia de colocações necessárias para um entendimento gradual e consistente sobre o presente tema de pesquisa, os capítulos foram ordenados da seguinte forma: no capítulo 2 considera-se o livro didático sob a ótica de um gênero discursivo; no capítulo 3 fala-se da história do ensino da língua inglesa como língua estrangeira e trata-se das abordagens e metodologias para o ensino de línguas entre não nativos; no capítulo 4 discorre-se sobre a origem dos conceitos de autor e autoria dos gêneros escritos em geral; no capítulo 5 trata-se do autor de livro didático no Brasil; no capítulo 6 o tema é o autor de livro didático de língua inglesa como língua estrangeira no Brasil; a metodologia de pesquisa aparece no capítulo 7; no capítulo 8 é feita a análise dos dados coletados nos questionários e nas entrevistas e no capítulo 9 desenvolve-se as considerações finais desse trabalho.

Muitas vezes a fim de simplificar os nomes: livro didático, língua inglesa e língua estrangeira vou substituí-los pelas suas respectivas iniciais: LD, LI e LE.